

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 1.075, de 2021)

Dê-se ao art. 9º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, na forma do art. 1º da Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, a seguinte redação:

“Art. 9º

I-A - suspensão de participação no processo seletivo subsequente;

II - desvinculação do Prouni, nas hipóteses em que ocorrer reincidência de falta grave anteriormente comunicada à instituição privada de ensino superior, conforme estabelecido em regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

.....

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II do *caput*, a suspensão da isenção dos impostos e das contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à suspensão da participação ou da desvinculação do Prouni, situação em que será aplicado, no que couber, o disposto nos art. 32 e art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MP) nº 1.075, de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, para dispor sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A referida MP promove alterações no artigo 9º da Lei do Prouni, incluindo a possibilidade de suspensão da instituição de participar de até três processos seletivos regulares do Prouni no caso de descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão.

Punir a instituição com a suspensão por até três processos seletivos não é legítimo, uma vez que não há fundamento para gradação dessa medida punitiva. Caso seja aplicada tal sanção, há grandes chances de



que as atividades da instituição sejam inviabilizadas, prejudicando os alunos em geral e a própria educação no País.

Outro equívoco da MP reside no estabelecimento de que a suspensão da isenção dos impostos e das contribuições tenha início na data da ocorrência da falta que deu causa à suspensão.

Ora, o pagamento do tributo é devido apenas no caso de a entidade não ter aderido ao programa. Enquanto há adesão, deve haver fruição da isenção. Ademais, a penalidade de suspensão não desvincula a entidade do programa. Logo, se apenas com a desvinculação deve ocorrer cobrança do tributo, a suspensão da isenção dos impostos e das contribuições deve ocorrer apenas no caso de desvinculação do programa, não nos casos de suspensão.

Por acreditar que essas alterações contribuem para o aprimoramento da MP nº 1.075, de 2021, contamos com o apoio de nossos nobres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO ROCHA